

**ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO EM
CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO EM ITABUNA – BAHIA (1992 – 2008)**

Marcel Ivan¹
Marco Aurélio Avila²

Resumo

O estudo verificou, através de uma análise documental, o processo de gestão e planejamento em Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, bem como o nível de participação de atores sociais e a existência de articulação intersetorial, entre 1992 e 2008, na cidade de Itabuna/BA. Para esse fim, o estudo teve caráter qualitativo, sendo realizadas pesquisas exploratórias e documentais, utilizando análise de conteúdo. Constatou-se que as políticas públicas, implementadas na cidade não se enquadram ao novo modelo de gestão e planejamento, principalmente nas áreas de cultura e turismo, visto que as Secretárias não se articularam com outros setores, e existem poucos projetos e ações com a participação da comunidade em sua elaboração. Avanços na formulação das políticas públicas no setor de esporte e lazer podem ser constatadas, porém tais práticas ainda são insuficientes para democratizar o acesso ao lazer e esporte. Foram sugeridas ações integradas entre os diferentes atores sociais, além de mecanismos que promovam maior participação da comunidade e articulação entre setores e governo.

Palavras-chave: Planejamento. Cultura. Lazer. Esporte. Turismo

Introdução

Apesar dos avanços ocorridos, ainda é notória a deficiência na gestão e no planejamento em cultura, lazer, esporte e turismo em diversas cidades brasileiras. Assim, por meio de análise documental, buscou-se avaliar os processos de gestão e planejamento nesses setores em Itabuna-BA, no período compreendido entre 1992 a 2008, bem como a existência de redes institucionais, articulação intersetorial e intergovernamental, além do envolvimento da comunidade na gestão pública.

Por ser a cidade, o espaço onde se constituem as políticas públicas a nível local, e tendo em vista a necessidade de fortalecer os direitos garantidos por lei, pretende-se levantar

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e Mestrando pelo programa de pós-graduação em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BAHIA. E-mail: marcelivan1@gmail.com

² Doutor em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela Universidad de Las Palmas en Gran Canaria – ULPGC/ESPAÑA e Professor do Mestrado em Cultura e Turismo – UESC/BA. E-mail: marco@ativanet.com.br

uma discussão acerca dos processos de gestão e planejamento em tais setores, indicando ações e estratégias de um novo modelo de gestão baseado na articulação entre setores, governos e comunidade (FARAH, 2000). Além disso, pretende-se aprofundar os estudos, articulando conceitos, a fim de contribuir para a legitimação desses setores como direito social.

PLANEJAMENTO E NOVO MODELO DE GESTÃO

O processo de planejamento é a ferramenta para administrar as relações com o futuro, é uma aplicação do processo de tomar decisões (MAXIMIANO, 2004). A respeito do planejamento público, no Brasil em 1980, a partir da crise financeira do Estado decorrente da globalização dos mercados e da revolução técnico-científica. Tanto o setor produtivo quanto o Estado vêm sofrendo transformações estruturais, cujas conseqüências principais são a reestruturação da economia, a deterioração dos serviços públicos e o aprofundamento das desigualdades sociais e regionais do país.

Nessa perspectiva, a reestruturação econômica foi relevante no que diz respeito à avaliação do planejamento quer em caráter público, quer privado. De tal modo, que as formas de planejar e gerir as políticas públicas foram reformuladas.

É relevante ressaltar que a década de 1980, no Brasil, foi marcada pelo processo de abertura do regime político anterior, decretos e portarias são editados com o objetivo de consolidar e ampliar o desenvolvimento do turismo. É considerado um período de transição devido à formatação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que proporcionou discussões em âmbito nacional em diversos setores (BENI, 2006). A cultura, o lazer e o esporte, nesse momento também entraram para o foco de discussão como direitos sociais a serem garantidos entre as políticas públicas universais, sendo mencionados nos artigos 215, 216 e 217, respectivamente.

Assim, ao tratar dessas “novas formas” de gerir e planejar as políticas públicas, Farah (2000), aborda que a inserção de ideais democráticos, principalmente, a partir de 1988, evidenciou o surgimento de propostas que valorizassem a descentralização e a participação da comunidade. Ao tratar de modelos de relação entre o Estado, mercado e a sociedade, expõe que novas formas de articulação vêm se desenvolvendo: 1. A articulação intergovernamental vertical, que ocorre entre as instâncias federal, estadual e municipal; 2. A articulação horizontal, que ocorre entre as instituições públicas de uma mesma instância; 3. A articulação

intersectorial, que indica a constituição de um processo de elaboração e implementação de políticas públicas descentralizado.

Tais articulações teorizam e evidenciam a valorização de novas práticas de gestão pública com a inserção de novos participantes nos processos de planejamento. Molina (2005, p. 17-18) corrobora com Farah (2000) quando salienta que “o modelo de planejamento centralizado cedeu lugar a modelos descentralizados, nos quais os municípios, os governos estaduais e as empresas locais desempenham um papel relevante”.

Pensando nessa perspectiva, os governos locais passam exercer um papel de coordenação, mobilizando as ações dos diferentes atores sociais e denotam que essa abordagem na construção das políticas públicas deve ser multidisciplinar e interdisciplinar, para que a gestão e o planejamento sejam eficazes em suas ações e de maneira integrada possa fortalecer a perspectiva solidária e coletiva do mesmo.

CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO: INTERFACES E DIREITOS QUE VAMOS CONSTRUINDO

A cultura, o lazer, o esporte e o turismo têm sido amplamente difundidos no meio acadêmico e nas gestões municipais, tanto como políticas voltadas para a população, quanto para o desenvolvimento local, que incide na qualidade de vida e no bem-estar social, apresentando uma valorização considerável nos últimos anos (IGNARRA, 2003, GEBARA, 1994; MASCARENHAS, 2005). Norteados por esses fatores, tais setores tem se articulado, podendo consolidar a perspectiva de política sustentável para o desenvolvimento.

De acordo com Valls (1996), as mudanças no setor turístico, ocasionados pela mudança no perfil dos consumidores e no aumento de competitividade, impõem ao mercado a necessidade de incorporação de novos produtos e serviços, que visam satisfazer os anseios de um “novo turista”. Indubitavelmente, nesse contexto incluem-se a cultura, o esporte e lazer, através do turismo cultural, do turismo de eventos, do turismo esportivo, do ecoturismo, dentre outros.

O Código Mundial do Turismo (p. 6) enfatiza esta relação, o qual estabelece em seu Artº 2, inciso I, que a atividade do turismo está:

[...] a maior parte das vezes associada ao repouso, à descontração, ao desporto, ao acesso à cultura e à natureza, deve ser concebido e praticado como meio privilegiado

de desenvolvimento individual e coletivo; praticado com a necessária abertura de espírito, constitui um fator insubstituível de auto-educação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, e da sua diversidade.

A cultura, seja através de suas manifestações culturais, dos símbolos, do cotidiano, dos valores e da vida social, que circunscrevem num panorama vinculado as atividades de lazer, sejam elas a cultura popular, através das danças, folclore ou erudita, através das artes, espetáculos, ou da cultura de massa, através da televisão, internet, cinema, dentre outras.

De acordo com Peres et al. (2005, p. 759),

[...] ao ser tomado como uma forma de expressão cultural, o lazer, se por um lado pode ser visto como mecanismo de homogeneização ou difusor/reprodutor do *status quo*, apresenta, ao mesmo tempo, o potencial de suscitar e expressar diversas formas de sociabilidade e de reciprocidade, dado ao seu caráter relacional, educativo e crítico-reflexivo.

Bem como o esporte, entendido como direito e manifestação da cultura, reafirma seu potencial no desenvolvimento social e econômico de uma nação, no desenvolvimento dos povos e no incentivo a diminuição das desigualdades, no resgate de valores e de princípios, entre outras (BRASIL, 2005).

No que diz respeito ao campo cultural, é contemplado na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 215, propondo que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Tal perspectiva salienta a importância do Estado em promover o acesso aos bens culturais, como forma de valorizar a cultura.

O que concerne ao esporte, não fica distante, o mesmo está incluído no artigo 217, Capítulo III, Seção III, do Desporto que diz, “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

Segundo Linhales (2001, p. 33), “o esporte moderno constitui um sistema capaz de comportar diferentes instituições e atores sociais, que se encontram, direta ou indiretamente envolvidos com as variadas formas de consumo e de prática esportiva”. Esse conjunto multifacetado incorpora ações e organizações que envolvem o Estado e o mercado, e as organizações sociais que estabelecem mediações entre ambos.

A respeito do lazer, consta no Artigo 6º, como um dos direitos sociais e no Artigo 217, no terceiro e último parágrafo do item IV consta que – “O Poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988).

Através da abordagem de Dumazedier (2000) e Marcellino (1996) sobre a importância do lazer, na formação da população para a vida política, pelo tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, sobretudo pelo papel cultural, ao qual se vinculam as suas manifestações, dentre os quais destaca-se os interesses culturais do lazer: artísticos, manuais, intelectuais, sociais, físico-esportivos e turísticos. Observa-se a relevância da articulação entre os setores sob o argumento da importância da fruição da cidadania, da formação da identidade cultural e emancipação humana, além do desenvolvimento humano sustentável (CASTELLANI FILHO, 2007), não vinculado a uma visão meramente econômica que permeia os campos da cultura, lazer, esporte e turismo.

Quando freqüentemente relacionados com o processo de urbanização, analisado dentro da dinâmica cultural da sociedade moderna, depara-se com o favorecimento das camadas mais privilegiadas, dificultando a democratização cultural das camadas mais baixas, pela falta e/ou ineficiência de projetos e ações, do lazer, da cultura e do esporte vendidos e incorporados pelo turismo, apenas para ser comercializado ao turista, excluindo os atores sociais do processo, sendo reflexo da má gestão, e da própria ausência de participação da comunidade no âmbito do planejamento público (BARRETO, 2003; CASTELLANI FILHO, 2007; PINTO, 2006).

Estudos a nível internacional apontam que é necessária uma visão integrada da área de política de lazer, embora, ainda exista pouca literatura sobre a dinâmica desse processo político, em especial na área de ligação intersetorial (WEED, 2001, tradução nossa). Além disso, o referido autor ressalta que um das áreas que podem se correlacionar com a política de lazer, é o esporte e o turismo, e já existem evidências dessas vantagens.

Em suma, a cultura, o lazer, o esporte e o turismo articulados contribuem para ampliar o bem-estar dos cidadãos, sendo importante integrá-los no âmbito do planejamento e da gestão. Nessa perspectiva, pensar numa ação intersetorial, antes de tudo é conhecer as demandas de todos, tendo capacidade de gerir ações coletivas, situando as estratégias nas mais diversas aspirações, valorizando o planejamento, em busca de soluções para possíveis problemas a serem enfrentados, no qual as decisões possam ser compartilhadas com todos os atores sociais (BONALUME, 2009).

METODOLOGIA

O presente estudo tem caráter interdisciplinar (DENCKER, 1998), de abordagem qualitativa (MOREIRA, 2002), como procedimento metodológico, foi utilizado, a pesquisa exploratória baseado inicialmente na pesquisa bibliográfica, bem como realizada, a pesquisa de campo, através da pesquisa documental, que segundo Gil (2002, p. 46) “consiste no tratamento analítico de documentos conservados em arquivos públicos e instituições privadas”. Os principais documentos analisados foram os planos, projetos e programas das secretarias, toda a estrutura organizacional, bem como a lei orgânica, o plano diretor ainda em construção e o orçamento de alguns setores.

Itabuna está localizada na região sul do Estado da Bahia, que possui área total de 443,198 km², e população estimada em 212.245 habitantes (IBGE, 2008). Os dados foram obtidos especificamente na Fundação Itabunense de Cultura e Cidadania (FICC), na Secretária Municipal de Esporte, Recreação e Cidadania (SMERC), na Secretária de Agricultura e Turismo (SAT) e na página-web da Prefeitura Municipal de Itabuna (<http://www.itabuna.ba.gov.br>).

Os procedimentos para coleta foram: a visita as entidades mencionadas a fim de obter as informações iniciais e autorização para obtenção dos documentos. Para tabulação dos dados, a técnica utilizada foi à análise de conteúdo, que segundo Lakatos e Marconi (1999), permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação.

Na fase de pré-análise foi realizada uma leitura dos documentos e triagem, em visitas posteriores, efetivou-se a análise de teor, tipologia e quantidade de material, bem como o fichamento do material coletado. Posteriormente, realizou-se o agrupamento e categorização das unidades de respostas (BARDIN, 2000). Dessa maneira, para apreciação dos dados coletados foi realizado o recorte dos textos de acordo com os conteúdos mais significativos. Os resultados foram sustentados por um diálogo reflexivo com o referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se constar, inicialmente, a ausência de documentos de planejamento (planos, projetos e programas) nos setores pesquisados.

O setor de turismo na cidade de Itabuna em 2008, período de início da coleta de dados, estava vinculado a Secretaria de Agricultura e possuía um departamento de Turismo, composto por uma diretoria, uma coordenadoria técnica de atividades de turismo e um setor de ecoturismo. De acordo com informações retiradas da página-web da prefeitura de Itabuna³, na gestão de 1993-1996, o turismo estava vinculado a Secretaria de Esporte. Atualmente, está vinculado a Secretaria de Comércio e Indústria.

O setor de cultura é gerido pela Fundação Itabunense de Cultura e Cidadania (FICC), que foi criada pela Lei municipal nº 1839/dez/2001. Mesmo com autorização para aquisição de documentos, não houve acesso direto aos acervos da Fundação, os projetos que foram analisados, foram retirados da página-web da entidade (www.ficc.com.br).

Já o setor responsável pelo Esporte e Lazer no município de Itabuna era a “Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Cidadania” (SERC) que foi desmembrada da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto em 16 de março de 2001, através da Lei Municipal 1.822.

Os documentos de planejamento e ações realizados pela SERC na cidade de Itabuna do período de 1992 a 2000 inexistem (informação verbal).⁴A secretaria apresentou alguns documentos a partir de 2001 – 2003 (Gestão de Geraldo Simões), e de 2005 – 2008 (Gestão de Fernando Gomes), ambas administradas pelo secretário de esportes, João Xavier de Oliveira Filho. Vale uma ressalva acerca da gestão da SERC no ano de 2004 (início da gestão de Fernando Gomes), que passou por uma sucessão de gestores e assim não existe registro de ações nesse período.

De maneira geral, a escassez de documentos reflete na interpretação dos possíveis resultados referentes à gestão. Bem como, indica que os gestores desconhecem o valor que estes possuem no que diz respeito ao aprimoramento dos setores, avaliação de ações, registro histórico de informações e aprimoramento do planejamento.

A respeito dos projetos, no Departamento de Turismo, nada foi encontrado. A análise do setor ocorreu em jornais e dissertações a respeito do tema. Além disso, ao analisar a lei orgânica do município de Itabuna, não foi possível observar nenhuma referência concreta para o estabelecimento de políticas de turismo na cidade. É referido, no Art. 10 que “é da

³ Disponível em http://www.itabuna.ba.gov.br/template_secretarias.php?p=6 [Acesso em 22 de set de 2008]

⁴ Informações cedidas pela assessora de gabinete, Lilian Bastos de Couto Ferraz, no dia 08 de dezembro de 2008.

competência do Município em comum com a União e o Estado, na forma prevista em Lei Complementar Federal [...] XIV. Promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” e no Art. 232, “integração das ações culturais com as educacionais e de turismo e outros segmentos culturais”.

Em outras palavras, percebe-se que não existe uma política definida no âmbito do turismo nos planos de governo no período pesquisado. Tal assertiva é respaldada na ausência de documentos referentes à gestão e planejamento em turismo na Prefeitura de Itabuna e nas secretarias responsáveis em anos anteriores, o que reflete na desorganização do setor e na falta de importância do mesmo para a cidade.

Essa situação é corroborada por Costa (2006), ao salientar que a tentativa de implementação do turismo em Itabuna aconteceu em 2002, quando a cidade passou a integrar a Costa do Cacau, junto a outros cinco destinos turísticos. Contudo, a cidade não possui um inventário de seus atrativos, tampouco políticas para a sustentabilidade cultural e econômica através do turismo. O município foi incluído no roteiro turístico por representar esse pólo de negócios, que desperta o interesse dos visitantes. Tal fato evidencia um rompimento do paradigma existente na vertente do turismo do conjunto da Costa do Cacau, o turismo de lazer e de sol e praia.

É pertinente ressaltar que a rede hoteleira na cidade encontra-se em expansão. De acordo com estudos realizados por Novaes Júnior e Fontes (2008), a respeito de reforma e ampliação de hotéis na cidade, constataram em análise parcial que cerca de 40% dos estabelecimentos efetuaram algum tipo de reforma em 2006; 30% realizaram reforma ou ampliação em 2007 e apenas 30% não executou nenhuma mudança em suas instalações.

Tendo todos essas características relevantes e pertinentes a respeito do desenvolvimento do turismo na cidade, é válido ressaltar que não existem justificativas plausíveis para o não estabelecimento de políticas públicas de turismo.

No que se refere à cultura, os principais projetos identificados na página-web da FICC, são o “Clareando a Escuridão”, que visa o atendimento a pessoas com deficiência visual e foi implantando com a Secretaria de Educação do Município. O “projeto de iniciação artística”, que oferece aulas de teatro, música, bateria, dança de rua, ballet, desenho e pintura, a pessoas de baixa renda. O “projeto de descentralização de atividades culturais” que acontece nas comunidades de baixa renda com oficinas profissionalizantes de reciclagem, mix dance e

teatro. Além disso, o cadastramento cultural que visa o cadastramento de todos os artistas de qualquer segmento artístico – cultural de Itabuna.

Foi possível identificar políticas de cultura com incentivo para a cultura popular, através do Carnaval e do São João, além de apresentações folclóricas, dentre outras. Outras ações de incentivo a “alta cultura”, também foram identificadas, constatou-se a exibição de teatro, de algumas exposições de artes, de iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio literário regional, com ênfase nas obras de autores como Jorge Amado, Cyro de Mattos e Adonias Filho. E também a cultura de massa, através, da internet e de projetos voltados para a construção de hinos, músicas, cursos de fotografia que representam um pouco da cultura local.

O incentivo a cultura local, as distintas expressões e manifestações culturais, evidenciadas através de grupos de danças, artistas, músicos, escritores, são considerados fatores positivos na política cultural de Itabuna. Mas, são freqüentes, ações isoladas, as quais consideram a cultura, na maioria das vezes, como apenas a arte e os espetáculos. Constatou-se que o público-alvo atendido pelos projetos, em geral, é um contingente grande de pessoas de faixas etárias diversificadas (crianças, jovens, adultos e a terceira idade), sendo destacado como um ponto positivo.

Contudo, no período pesquisado, as ações da FICC em sua grande maioria eram voltadas para eventos esporádicos na cidade e muitos projetos não atendiam as exigências do novo modelo de gestão, ou seja, não foi possível observar a participação da comunidade na elaboração das políticas públicas. Também há carências de projetos com articulação a nível estadual e federal e articulação intersetorial.

Contrastando também com as referências a cultura, observadas na lei orgânica do município, no qual aborda no seu Art. 232, a questão do planejamento do setor salientando que incentivam o “planejamento e gestão dos programas e ações culturais, em conjunto, garantindo a participação da comunidade através de suas representações”.

O campo cultural é muito complexo, sendo referido na Constituição de 1988, no artigo 206 que diz ser o conjunto de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira que constituem o patrimônio cultural brasileiro”.

De acordo com Barroco (2008, p. 63) “Itabuna semelhante a outras cidades interioranas brasileiras teve seu patrimônio histórico, violado ao longo do tempo utilizando-se

como argumento a necessária modernização das cidades, progresso e desenvolvimento, prejudicando, assim, a cultura e a história local.” A autora complementa que a cultura da cidade está sendo preservada graças a Jorge Amado, Adonias Filho e Cyro de Mattos que compõem o supra-sumo da literatura local e brasileira.

Esses aspectos salientam a necessidade de políticas públicas efetivas para o setor, tendo em vista a atração de turistas, e não só isso, também a valorização da história e da cultura local, que incide (in)diretamente no desenvolvimento do turismo e do turismo cultural, como meio para a melhoria da qualidade de vida da localidade (AVILA, 2009).

A respeito do setor de esporte e lazer, na gestão de 2001- 2003, a SERC delineou uma conferência denominada “Carta aberta ao esporte”, com entidades esportivas, presidentes de associações de moradores a fim de discutir o esporte na região e na cidade. Tal fato foi bastante relevante para o desenvolvimento da prática esportiva e para o entendimento da comunidade acerca da importância da gestão em esporte.

Segundo Brust et al. (2006), em uma pesquisa realizada em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, apontou que conferências desse caráter, permitem que a comunidade em geral, reflita sobre a temática do esporte e lazer buscando espaço e garantia de investimento por parte do setor público, a fim de que tais setores sejam compreendidos como um direito do cidadão e um dever do Estado.

Além disso, Carvalho (2002), Marcellino (1996), afirmam que o processo de formulação de uma política envolve a discussão e identificação de diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e posteriormente, a sua regulamentação como política pública.

No mesmo período, a SERC, se inscreveu num projeto a nível federal, denominado de “Segundo Tempo”, porém por falta planejamento orçamentário e de incentivo de outros setores da Prefeitura de Itabuna, o projeto não vingou e findou no ano de 2005.⁵

Para Saldanha Filho (2003), um dos problemas referentes à gestão em esporte e lazer, diz respeito à captação de recursos. O autor aborda que hoje, as Leis Federais concentram quase todos seus recursos nas políticas da União, poucas verbas retornam aos estados e quase nada aos municípios para a efetivação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de ações de interesse da comunidade local.

⁵ Informações cedidas pelo secretário de esporte, João Xavier de Oliveira Filho, no dia 08 de dezembro de 2008.

A partir desse fragmento percebe-se que os problemas referentes à captação e repasse de recursos para a SERC no município de Itabuna corrobora com o que acontece em várias cidades no Brasil. Ao analisar o portal da transparência no ano de 2004⁶, percebe-se que a captação de recursos para o setor de esporte e lazer é muito baixo, sendo referidos apenas uma vez, já os setores que mais aparecem são o de saúde e educação. De um total destinado ao Estado (R\$ 8.027.949.832,30), R\$ 101.419.042,86 foi destinado ao município de Itabuna, sendo que desse capital somente R\$ 118.390,00 foi investido no setor de desporto e lazer.

Segundo dados do IBGE⁷, no ano de 2003, no que se refere à articulação institucional, no município de Itabuna não existia um Conselho Municipal de Esporte, constata-se alguns conselhos de outros setores que realizam ações voltadas para o esporte, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. A inexistência de um Conselho Municipal de Esporte é um fator negativo para o setor na cidade, já que dificulta a reflexão sobre os temas relacionados com esporte e lazer, além disso, minimiza a possibilidade de articulação entre entidades representativas.

Em 2003, referente a convênios e parcerias, o município de Itabuna apresentou, mesmo que em baixa quantidade, articulação com órgãos públicos a nível estadual e municipal nos três tipos de manifestação do esporte (Educativo, de Rendimento e de Lazer), exceto a nível federal.

As ações, projetos e programas no Esporte e Lazer atenderam crianças, jovens, idosos, e a comunidade carente, porém não houve projetos para as pessoas com deficiência. Em relação à articulação entre setores, houve ações em conjunto com o setor de educação, saúde, cultura e assistência social.

É necessário refletir sobre como o esporte se articula com outros setores, um exemplo, a saúde e a educação, pois a dimensão utilitária, a qual é frequentemente utilizada, tende a dificultar, tanto no plano do Estado, quanto para as pessoas que são atendidas por esses programas, a compreensão do esporte deve enfatizá-lo como um bem cultural, passível de ser legitimado como um direito de todos (LINHALES, 2001).

⁶ Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, acesso em 12 de julho de 2009.

⁷ Perfil dos Municípios Brasileiros – Esporte 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/municipiosport/index.htm>, acessado em: 14 de julho de 2009.

Na gestão de 2005-2008, vários projetos se destacaram, entre eles a elaboração de conferências municipais, uma desta realizada em 24 de março de 2006. Cujo fragmento extraído de arquivo se apresenta abaixo:

[...] Os participantes da II Conferência Regional do Esporte realizada em Itabuna na última sexta-feira, dia 24, aprovaram 34 propostas de ação que serão levadas à Conferência Estadual visando à construção do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, que irá fundamentar as políticas públicas do Governo Federal, dos estados e municípios para o setor esportivo. [...] o processo de formatação das propostas abriu espaço para a participação democrática de desportistas, profissionais de Educação Física, integrantes dos poderes públicos, entidades representativas e instituições de ensino superior que puderam debater e apontar caminho para o desenvolvimento do esporte regional e contribuir para o estabelecimento das políticas que serão implementadas em nível nacional para o esporte e o lazer focadas nos seguintes eixos: Estrutura do Sistema: Organização, Agentes e Competências; Recursos Humanos e Formação; Gestão e Controle Social e Financiamento.

O fragmento acima aponta avanços na elaboração de políticas públicas para o esporte e lazer na cidade de Itabuna. Já que ações como essa, com nível de participação de diversos atores sociais, bem como de entidades representativas, instituições de ensino superior, e a própria comunidade estão concatenadas com os princípios de uma gestão democrática, que busca o fortalecimento de redes institucionais e desenvolvimento social, sendo um dos caminhos mais adequados para condução de ações referentes à gestão pública municipal.

No que diz respeito à articulação entre os setores de cultura, lazer, esporte e turismo, nenhuma ação foi identificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da desorganização do setor do turismo e a desarticulação com os setores de cultura, lazer e esporte, o trabalho ampliou a visão sobre o mercado do turismo na região sul da Bahia, para além do turismo de sol e praia, englobando a análise de Itabuna, que se constitui como pólo de abastecimento de inúmeros municípios, grande fluxo de pessoas em busca de serviços de saúde, abastecimento nos diversos setores comerciais, educação, entre outros.

Como fora evidenciado por Barroco (2008), Itabuna, apesar de não ser uma cidade litorânea, apresenta uma série de recursos e atrativos que, em consonância com um planejamento adequado, podem ser amplamente utilizados para o turismo de negócios e eventos como suporte, e como valor agregado ao local. A cidade hoje apresenta uma estrutura

de comércio e lazer que poderá ser trabalhada para atender a uma demanda gerada por este turismo.

Considerou-se que o setor de cultura deva efetivamente trabalhar a valorização cultural, a realização de projetos e ações que envolvam a comunidade no processo, incorporando um conceito amplo de cultura, visto como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social. O setor de Esporte e Lazer teve mais destaque, sobretudo pela quantidade de documentos resguardados, e pela “tímida” organização no setor, que possibilitou um maior recorte e análise na pesquisa, indicando avanços na formulação de políticas públicas.

Resultados positivos de pesquisas evidenciadas no presente trabalho indicam que o planejamento das políticas públicas deve ser constituído coletivamente, integrando as ações e os setores, evitando retrabalho e a sobreposição de programas. Sugere-se que a gestão seja integrada consistindo na fusão das ações de setores a partir da gestão local, sendo assim, fica claro, a necessidade de ações intersetoriais, a fim de minimizar a vulnerabilidade social e possibilitar o gozo da cidadania, a partir de mecanismos que promovam maior participação popular.

É pertinente ressaltar que apesar da limitação referente ao acesso e a inexistência de documentos nas Secretarias, tomou-se como solução plausível analisar também reportagens, em jornais, revistas de circulação local, bem como teses e dissertações acerca do conteúdo abordado no estudo, sobretudo os vinculados ao Mestrado em Cultura e Turismo, da Universidade Estadual de Santa Cruz. Mesmo com as dificuldades, os objetivos foram alcançados, e dá margem a novas pesquisas englobando outros aspectos do planejamento e gestão que ora aqui não foram discutidos, a fim de contribuir para adoção de um modelo de desenvolvimento mais qualificado, democrático e sustentável.

REFERÊNCIAS

AVILA, M. A.(org) **Política e planejamento em cultura e turismo** – Ilhéus: Editus, 2009.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Vol. 9, nº 20, 2003.

BARROCO, L. M. S. **A cooperativa de lazer e turismo: alternativa para promover o desenvolvimento turístico de Itabuna**. Dissertação de Mestrado. Cultura e Turismo. Ilhéus: UESC/UFBA, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BONALUME, C. R. **Esporte e Lazer na Intersetorialidade das Políticas Públicas**. . In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2009**, Salvador. **Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: políticas e cotidiano. Anais...** Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009.

BRASIL (Ministério do Esporte). **Política Nacional do Esporte, 2005. Disponível em:** <http://portal.esporte.gov.br/destaques/politica_nacional_esporte.jsp> **Acesso em 15 setembro de 2009.**

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; SALDANHA FILHO, M. **Repensar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria/RS**. Motrivivência, Ano XVIII, nº 27, p. 179 - 192. Dezembro de 2006.

CARVALHO, A.; **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002.

CASTELLANI FILHO, L. (org.) **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais – Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007**

COSTA, A. C.; Artesanato e turismo em Itabuna. **Patrimônio: Lazer & Turismo - Revista Eletrônica, UNISANTOS, dezembro/2006. Disponível em:** <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=86> > **Acesso em 15 setembro de 2009.**

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 7.ed. Série Debates. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2000.

FARAH, M. F. S.; Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania, Vol. 18, 2000.**

GEBARA, A. **O tempo na construção do objeto de estudo da história do esporte, do lazer e da educação física**. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, Ponta Grossa. **Coletânea...** Ponta Grossa: Gráfica da Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 1. p. 175-189, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros, 2008.**

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1999.

LINHALES, M. A.; **Jogos da política, jogos do esporte: subsídios para a reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo**. In: Nelson Carvalho Marcellino. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas/SP: Editora autores Associados, 2001, v, p. 31-56.

MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras** - Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. (Tese de Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MAXIMIANO, A. C. A.; **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, D. A.; **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Caxias do Sul/RS: EDUSC, 2005.

NOVAES JUNIOR, J. R. R.; FONTES, M. J. V. **Turismo no município de Itabuna: um diagnóstico**. In: XIV Seminário de Iniciação Científica da UESC, 297, 2008, Ilhéus. Pesquisa e Sociedade. **Anais...Ilhéus**. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2008.

O Código Mundial de Turismo. **Disponível em:**

http://www.unwto.org/code_ethics/pdf/languages/Portugal.pdf Acesso em 25 de agosto de 2009.

PERES, F. F. et al. Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, vol.10, n.3, Rio de Janeiro, Julho - Setembro, 2005.

PINTO, R. **Turismo e identidade: a gestão da baianidade e a produção das tradições**. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2006.

SALDANHA FILHO, M.; **Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13.. **25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira**. **Anais...** Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003.

WEED, M. Towards a model of cross-sectoral policy development in leisure: the case of sport and tourism. **Leisure Studies**, 20, p. 125 -141, 2001.

VALLS, J. F. **Las claves del mercado turístico: cómo competir en el nuevo entorno**. Bilbao: Deusto, 1996.